



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**Pregão Eletrônico - nº 90002/2024**

**Processo Administrativo - 23057.000076.2023-80**

**LIMPSEV TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA**, já qualificada nos autos acima referidos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa **ÁGIL LTDA**, face a decisão administrativa que classificou e posteriormente habilitou a recorrida, o que fará pelas razões fáticas a seguir expostas.

#### **I- RESUMO FÁTICO.**

O IFRN, publicou do Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2024, com o objetivo de contratar os serviços continuados de Copeiragem, manutenção predial e outros serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

Após a fase de lances, algumas desclassificações e julgamentos de recursos, a recorrida foi declarada vencedora, pois apresentou a proposta adequada e vantajosa para o órgão licitante.

Dessa decisão, a empresa acima descrita apresentou recurso administrativo que a recorrida passará a responder.

#### **II - DAS RAZÕES PARA DO RECURSO.**

A recorrente **ÁGIL LTDA** apresentou propostas de preços inicialmente abaixo do valor apresentado pela recorrida, todavia, analisando o teor da proposta de preços e das planilhas apresentadas o órgão licitante convocou a recorrente para adequar suas planilhas em razão de diversas inconsistências conforme os pareceres nº 17/2024 - COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN, nº 18/2024 - COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN **LIMPSEV TERCEIRIZAÇÃO EM**

Todavia, a recorrente não apresentou os ajustes requeridos pelo órgão licitante, inclusive foi expressamente alertada na parte final do parecer nº 19/2024 - COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN que uma vez não corrigido o erro poderia ser desclassificada.

Mesmo sendo expressamente advertida, a recorrente optou por bem em não promover os ajustes solicitados pelo órgão licitante sendo desclassificada em razão de sua proposta não atender os ditames do edital e termo de referência **e não ter comprovado a sua exequibilidade**.

**O recorrente alega em seu recurso que o IFRN não poderia desclassificá-lo do certame em razão de valores unitários da planilha de preços apresentada.**

Todavia, como se sabe, a desclassificação por inexecutabilidade ela só precisa ser precedida de diligências para que o licitante possa sanar, o que foi feito por três vezes sem sucesso por parte da recorrente.

Como se sabe, a exequibilidade das propostas apresentadas em licitações públicas é um dos principais aspectos que garantem a integridade e o sucesso de um processo licitatório.

A Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos no Brasil, estabelece diretrizes para garantir que os serviços ou produtos contratados sejam entregues com a qualidade exigida e dentro dos prazos e custos previstos.

Uma proposta exequível é aquela que demonstra viabilidade técnica e financeira, respeitando as condições estipuladas no edital, e que pode ser efetivamente executada sem prejuízo à administração pública.

A apresentação de propostas inexequíveis - ou seja, aquelas com preços extremamente baixos ou prazos inviáveis - pode causar sérios problemas, como a paralisação de obras, serviços mal executados ou a necessidade de aditivos contratuais, aumentando os custos para o erário.

Assim, a administração pública deve adotar critérios objetivos para avaliar a exequibilidade das propostas, como a análise de custos detalhada e comparativa, o que foi feito neste certame.

Todavia, a recorrente teve três oportunidades para sanar os problemas da sua proposta e não se desvencilhou no prazo previsto em lei, o que fatalmente levou a sua desclassificação.

Vejamos decisão judicial que autoriza a desclassificação daquele que foi convocado para corrigir planilha e não o fez, *verbis*:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – TUTELA DE URGÊNCIA – LICITAÇÃO – Pregão Eletrônico promovido pelo Município de Rio Claro – Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos – Desclassificação de empresa por descumprimento da cláusula 8.14.2 do Edital e art. 48 da Lei nº 8.666/93 – Inexequibilidade da proposta – Preços unitários com valores inferiores a 50% do estimado para cada item – Valores fora da média – Decisão que deferiu a tutela provisória para suspender o andamento da licitação – Descabimento – Requisitos do art. 300 do CPC não preenchidos – Ato de desclassificação pautado em lei e nas regras que regem o certame – Ausência de elementos que afastam a presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo – Objeto da licitação adjudicado à empresa vencedora – Perigo de dano reverso verificado diante da possível descontinuidade de serviço fundamental para a saúde pública, especialmente durante a pandemia – Decisão reformada. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. AGRAVO INTERNO – Decisão monocrática proferida por esta Relatora que deferiu a tutela recursal – Recurso prejudicado diante do julgamento de mérito do agravo de instrumento RECURSO NÃO CONHECIDO. (TJ-SP - AGR: 20110736620228260000 SP 2011073-66.2022.8.26.0000, Relator: Maria Fernanda de Toledo Rodovalho, Data de Julgamento: 26/05/2022, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 27/05/2022)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. Mandado de segurança – Licitação – Prestação de serviço de limpeza, conservação e copeiragem para a Câmara Municipal de Americana – Pedido de suspensão do certame – Medida liminar indeferida - Ausência dos requisitos legais para a concessão da medida liminar no mandamus – Desclassificação de proponente – Inexequibilidade da proposta - Presunção de legitimidade e legalidade do ato administrativo – Controvérsia sobre o direito postulado pela parte – Decisão judicial mantida. 2. Recurso não provido. (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2281544-26.2022.8.26.0000 Americana, Relator: Osvaldo de Oliveira, Data de Julgamento: 06/03/2023, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 06/03/2023)*



Analisando os precedentes acima, percebe-se que uma vez constatada a inexecutabilidade deve o órgão licitante convocar a empresa para promover diligências e sanar, assim como preceitua norma, o que no caso foi feito, porém a empresa não consegue justificar os preços irrisórios por ela ofertados, o que ensejou o seu alijamento do certame.

Assim sendo, por tudo mais que dos autos consta, requer a recorrida que o recurso seja desprovido em toda sua plenitude.

Campina Grande, 05 de setembro de 2024.

**LIMPSEV TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA**

# Documento Digitalizado Público

## Contrarrazões Empresa Limperv - data 05/09/2024

**Assunto:** Contrarrazões Empresa Limperv - data 05/09/2024  
**Assinado por:** Fabio Reis  
**Tipo do Documento:** Documento Informativo  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:  
■ **Fabio Henrique Vale dos Reis, COORDENADOR(A) - FG0002 - COCOMP/CNAT**, em 09/09/2024 19:15:49.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1896534  
**Código de Autenticação:** 2a63b14e0c

